



CRECE CENTRAL

Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola

Correio eletrônico: crececentral@gmail.com

Endereço: Rua Taboão, 10 – Sumaré – São Paulo – CEP 01256-020

Telefone: 3803-5010

Site: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/conselho-de-representantes-de-conselhos-de-escola/>

Boletim Especial agosto de 2024

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Neste Boletim Especial, o CRECE Central traz a discussão sobre necessidade de fortalecimento da gestão democrática nas unidades educacionais da rede municipal de Educação, combatendo o projeto autoritário de escolas militares proposto pelo governo estadual e apoiado pelo atual Prefeito, que de forma totalmente desrespeitosa com os fóruns democráticos da rede municipal, manifestou interesse em implementar a proposta da rede estadual.

O fortalecimento da gestão democrática passa pelo fortalecimento dos Conselhos de Escola, pelo apoio e publicização de projetos de implementação de Assembleias mirins e juvenis que existem na rede, pelo fortalecimento dos Grêmios Estudantis livres e, em especial, pela participação ativa das famílias nos Conselhos e demais fóruns de participação e deliberação existentes nas unidades educacionais, como a Autoavaliação da Educação Infantil – INDIQUE e outros similares.

Apresentamos abaixo algumas reflexões sobre o fortalecimento da gestão democrática.

O Papel do Conselho de Escola Frente à Gestão Democrática

A gestão democrática nas escolas é um conceito que se consolida como um dos pilares para a construção de um ambiente educativo mais justo e participativo. Nesse contexto, o Conselho de Escola emerge como uma instância fundamental para a promoção da colaboração entre todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo alunos, pais, professores e funcionários. Sua atuação é essencial para garantir que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e transparente, refletindo a diversidade de opiniões e necessidades presentes na comunidade escolar.

O Conselho de Escola tem a competência de deliberar sobre questões importantes que afetam o cotidiano da escola, como a elaboração do projeto político-pedagógico, a priorização na aplicação, a programação de atividades e o planejamento de melhorias na infraestrutura. Ao envolver diferentes vozes nesse processo deliberativo, o conselho não apenas fortalece a democracia, mas também estimula um ambiente de respeito e solidariedade, onde todos se sentem valorizados e ouvidos.

Além disso, a existência de um Conselho de Escola bem estruturado promove um espaço de formação contínua para seus membros. Por meio de discussões e trocas de experiências, os participantes se tornam mais conscientes de seus direitos e deveres, ampliando sua capacidade de atuação e engajamento nas questões escolares. Isso ajuda a cultivar um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de participação ativa.

Outro aspecto relevante é a transparência nas decisões. O Conselho de Escola deve ser um espaço onde as decisões são comunicadas de forma clara e acessível a toda a comunidade. Essa transparência não apenas fortalece a confiança entre os envolvidos, mas também estimula a participação ativa de todos. Quando os membros da comunidade escolar percebem que suas opiniões são levadas em consideração e que as decisões são baseadas em um diálogo verdadeiro, a adesão às propostas e iniciativas tende a ser maior.

Por fim, o papel do Conselho de Escola na gestão democrática vai além da simples tomada de decisões. Ele é um agente facilitador de mudanças, um espaço de diálogo construtivo e uma ponte entre a escola e a comunidade. Em um cenário onde a educação enfrenta desafios constantes, a atuação eficaz do conselho pode ser determinante para a construção de uma escola mais inclusiva, equitativa e democrática, refletindo os valores de cidadania que almejamos para a formação dos nossos estudantes. Em síntese, o Conselho de Escola é uma peça-chave na promoção de uma educação que, de fato, pertence a todos.

Para estimular e garantir a participação das famílias nas reuniões do Conselho de Escola, o CRECE Central sugere que as reuniões sejam realizadas em horário que facilite a presença dos membros do segmento família, bem como que em todas as reuniões seja garantido um tempo determinado para que estudantes, mães e pais possam expor suas demandas e sugestões de organização das ações da unidade educacional. Ouvir os estudantes e as famílias contribui bastante para o fortalecimento da gestão democrática.

Escolas Cívico-Militares: um ataque às liberdades democráticas e à educação pública

De 2017 para cá, com o acirramento da polarização política, o modelo de escola posto, passou a ser questionado, entrando no centro do debate as escolas cívico-militares. Aproveitando-se da crise da educação pública no Brasil, que é uma realidade, e com promessas de que com mais disciplina e ordem, a educação poderia funcionar. A ideia ganhou parcela significativa da população brasileira, apresentando-se como realidade em alguns estados do país, como em Goiás.

No estado de São Paulo, o atual governador, debaixo de repressão aos estudantes que protestavam contrariamente ao projeto, aprovou a instauração do referido modelo, para início em 2025, contando com a conversão de 45 escolas. Mas prevendo atingir mais

de 300 unidades educacionais. A lei, sancionada em maio/2024 pelo governador, foi considerada inconstitucional pela justiça paulista, após uma ação direta de inconstitucionalidade, impetrada pela APEOESP (Sindicato dos Professores da rede Estadual de São Paulo). Agora, a matéria deve ir ao STF, já que o modelo tem sido debatido e, em alguns casos, implementado, por estados do país. Apoiados numa profunda crise da educação pública no Brasil e na confusão da opinião pública, a transformação das escolas públicas em cívico-militares, esconde as verdadeiras intenções de quem as propõe.

Em primeiro lugar, o interesse econômico de determinados grupos. Pois para além do policial militar reformado que assumiria a "direção" da escola, também prevê que entidades particulares, administradas por militares, possam administrar as unidades, abocanhando parte da verba vinculada a educação. É bom lembrar que quando se trata de educação básica, a educação pública tem 73,5%. Se não bastasse o desvio de verbas feito para compra de materiais didáticos, plataformas digitais, querem se apropriar de uma fatia ainda maior. Juntando-se ao projeto de leilão das escolas públicas, também proposto pelo governador paulista, que coloca em pauta a privatização da gestão das escolas públicas. Como exemplo, podemos citar a Abemil (Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar), que já soma 11 milhões em contratos assinados sem licitação com pelo menos 11 prefeituras.

É bom esclarecermos também, que tão pouco o problema da educação pública se resume a falta de disciplina, da disciplina da vara, do medo, como consta no modelo de unidades educacionais militarizadas. O problema da educação está diretamente relacionado a falta de investimentos, o que se mostra na falta de funcionários e professores, salas de aula superlotadas, escolas sucateadas e inadequadas ao atendimento e etc. A entrada de um militar, servirá apenas para mascarar os problemas, tornar o ambiente educacional mais excludente, por conta do próprio modelo, dificultando ainda mais o avanço na busca de uma educação pública gratuita, laica, de qualidade social e para todos.

Outro ponto importante é a confusão que se faz em relação aos termos: escolas militares; e escolas militarizadas (cívico-militares). O primeiro termo, corresponde às escolas que tem como objetivo a formação de quadros para as forças armadas do país, contando com investimento muito acima da média das escolas públicas do Brasil. Enquanto o segundo, somente teria o acréscimo de um militar, que entraria como agente disciplinador e regulador do currículo. Sem intenção alguma de se ampliar investimento, que se reflitam em: redução do nº de Bebês/crianças/estudantes por turma; aumento no módulo de professores e funcionários; adequação predial; acessibilidade; e etc.

Assim como a intenção de ampliar os ganhos econômicos em cima da educação pública, esses grupos proponentes do projeto, tem por de trás, a ideia de disputar o modelo de sociedade. Portanto, trata-se de um projeto ideológico dos defensores da tortura e da ditadura, para disputar a opinião pública em defesa de um fechamento do regime democrático-burguês. Por se tratar de um projeto que baseia-se numa sociedade ditatorial, deve ser considerado um ataque às liberdades democráticas, onde nas unidades educacionais, visa, principalmente, minar/eliminar a gestão democrática e conseqüentemente, os Conselhos de Escola. Justamente por isso, por uma questão de princípio, o CRECE Central, se posiciona contrariamente a tal projeto. Defendendo a escola pública baseada nos princípios democráticos da Constituição Federal de 1988. Amparando, por consequência, a continuidade do funcionamento deste colegiado, primordial na sustentação do estado de direito, da democracia e da luta em defesa da escola pública.

Assembleias infantis e Grêmios Estudantis: exercitar a democracia desde a infância

As assembleias infantis e os grêmios estudantis desempenham papéis fundamentais na promoção da gestão democrática dentro das escolas. Essas plataformas oferecem aos alunos a oportunidade de se envolver ativamente na tomada de decisões que afetam seu cotidiano escolar, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de participação e cidadania desde a infância.

A importância das assembleias infantis reside na sua capacidade de proporcionar um espaço seguro onde as crianças podem expressar suas opiniões, discutir problemas e propor soluções. Esse ambiente estimula o respeito às diferenças e ensina valores como a escuta ativa e a empatia. Além disso, as assembleias incentivam a formação da autonomia, permitindo que os estudantes exerçam a liderança e desenvolvam habilidades de comunicação, essenciais para a vida em sociedade.

Os grêmios estudantis, por sua vez, são um desdobramento dessas assembleias, funcionando como uma representação mais formal dos estudantes. Eles desempenham um papel crucial na articulação entre a comunidade escolar e a gestão pedagógica, permitindo que as vozes dos alunos sejam ouvidas nas decisões administrativas e educativas. Ao participar de um grêmio, os alunos aprendem sobre responsabilidade, trabalho em equipe e organização, habilidades que serão valiosas em sua vida pessoal.

Ambas as iniciativas promovem uma educação mais inclusiva e participativa, contribuindo para uma formação integral dos alunos. A experiência de participar de assembleias e grêmios estimula não apenas o aprendizado escolar, mas também o desenvolvimento de um senso crítico em relação ao mundo ao seu redor. Além disso, ao exercitar a democracia no ambiente escolar, os estudantes se tornam mais conscientes de seu papel como cidadãos, preparando-se melhor para participar ativamente da sociedade.

O CRECE Central entende que as assembleias infantis e os grêmios estudantis são essenciais para a construção de uma gestão democrática nas escolas. Elas promovem a participação ativa dos alunos, valorizam suas opiniões e contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a coletividade. Por meio dessas iniciativas, os jovens aprendem que suas vozes têm poder e que podem, sim, contribuir para a transformação do ambiente em que vivem.

Conclamamos todas as unidades de educação infantil a refletirem sobre a implantação de ações que proporcionem às crianças esse exercício de democracia. Já para as EMEFs, defendemos a articulação de Grêmios livres e participativos, sobretudo nas reuniões do Conselho de Escola, com discussão de suas propostas e poder de decisão com o voto do segmento de estudantes.